



AMOBITEC

Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia

AFMOB

Associação pelo Futuro da Mobilidade

Brasília, 24 de agosto de 2023

Carta Aberta pela Democratização do Transporte Brasileiro

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Aos Ministros de Estado,

Aos Senadores e Deputados do Congresso Nacional,

À população brasileira, que há muito luta pelo direito de ir e vir.

O objetivo desta carta aberta é trazer à luz a oportunidade única que o Brasil tem de oferecer opções mais acessíveis e sustentáveis de transporte rodoviário de passageiros e que, por conta do interesse privado de algumas famílias, que controlam grandes empresas, está mais uma vez sob ameaça de retrocesso.

O papel da mobilidade de média e longa distância não está restrito ao turismo ou às viagens de negócio. Transporte é um direito fundamental, pois também viabiliza o acesso a vários outros direitos, como saúde, educação e cultura.

Hoje, também em decorrência dos avanços proporcionados pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao menos 11% dos estudantes universitários brasileiros estudam fora do seu Estado de origem. Por conta dos preços abusivos das passagens intermunicipais e interestaduais, resultado de práticas oligopolistas que já duram décadas no setor, muitos deles abandonam os estudos ou passam longos períodos sem ver suas famílias, colocando em risco a permanência estudantil.

É triste constatar que, apesar da ampla cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS), 12% da população brasileira esteja em cidades com nenhuma assistência hospitalar, mas é ainda mais desesperador saber que, para acessar hospitais terciários e a infraestrutura do SUS, a população dependa de um sistema de transporte caro e ineficiente, moldado para beneficiar poucas empresas. Um exemplo é o tratamento contra o câncer, que obriga mais da metade dos pacientes a procurar assistência fora da sua cidade, segundo dados da Fiocruz. Ainda, nas regiões Norte e Centro-Oeste, o deslocamento pode chegar a 870 km.

Em outubro deste ano, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve votar o novo marco regulatório do transporte interestadual de passageiros. O texto atual, que difere consideravelmente das propostas das equipes técnicas anteriores, foi feito sob medida para preservar a concentração de mercado em benefício de pouquíssimas empresas, que nunca passaram por um processo público de seleção. Ao mesmo tempo, impede a democratização do transporte, levando à perpetuação de graves problemas sociais, como os mencionados acima.



AMOBITEC

Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia

AFMOB

Associação pelo Futuro da Mobilidade

A influência política sobre a regulação, que deveria visar ao interesse público, é tão grande que leva inclusive ao desrespeito de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da vontade dos legisladores, que aprovaram o regime de autorizações no Congresso Nacional com o intuito de viabilizar mais opções de transporte para a população.

O sistema hoje é repleto de falhas, mas corre o risco de ficar ainda pior. Mais de 60% dos mercados autorizados no transporte interestadual de passageiros estão em regime de monopólio, e mais de 80% das rotas são operadas em oligopólio (com apenas uma ou duas empresas), sendo que, muitas vezes as duas operadoras são do mesmo grupo econômico, o que leva a um conforto competitivo que estimula a precarização da segurança e qualidade dos serviços prestados.

Como consequência, vemos graves anomalias, como o preço de uma passagem em trechos dominados pelos oligopólios, como Brasília – Rio de Janeiro, custando até 3 vezes mais caro por quilômetro que trechos como Goiânia – Palmas, que tem um número relevante de concorrentes. A piora iminente do sistema – caso a proposta do novo marco não seja alterada – irá encarecer o transporte e obrigar os mais pobres, especialmente aqueles vivendo em regiões periféricas e com menor acesso a direitos, a buscar serviços alternativos ou até “clandestinos” de transporte, muito mais perigosos e de pouca qualidade.

É fundamental que as autoridades competentes, do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, além de associações relevantes que lutam pelos direitos fundamentais do povo brasileiro, voltem seus olhos para os absurdos abusos cometidos neste processo. Lutamos todos por um Brasil mais justo e igualitário. Modernizar o transporte de média e longa distância é um grande passo nessa direção e impedir mais um retrocesso é dever de todos.

Atenciosamente,

AMOBITEC- Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia

AFMOB – Associação pelo Futuro da Mobilidade